Aprovada igualdade salarial e mudadas regras de aluguéis

O Congresso Nacional encerrou, nos primeiros minutos de hoje, seu período legislativo aprovando, por acordo de lideranças, várias medidas provisórias e rejeitando outras por considerá-las, inadmissíveis. Entre as medidas aprovadas, destaca-se a de número 286 que trata do aumento salarial a ser concedido aos servidores civis e militares da União. Deputados e senadores decidiram que, já agora em janeiro, o aumento será único: 81 por cento tanto para os militares como para os civis, derubando, assim, intenção do Palácio do Planalto de conferir aos militares reajuste salarial superior a 90 por cento.

Também graças a um acordo de lideranças, foi aprovada a medida provisória sobre os aluguéis que, agora, serão majorados de acordo com os reajustes salariais — e não mais pelo índice da inflação como

vinha ocorrendo até agora.

O deputado Paes de Andrade, presidente da Câmara, aproveitou a sessão de encerramento para se despedir por não ter sido reeleito.

Três dias depois de enviar ao Congresso uma medida provisória estabelecendo reajuste diferenciado para funcionários públicos civis e militares, o Governo recuou. No final da tarde de ontem, o líder governista na Câmara, Humberto Souto, trouxe do Planalto a proposta de reduzir o soldo do almirante-de-esquadra dos Cr\$ 140 mil propostos para Cr\$ 129.891, estabelecendo o mesmo índice de 81 por cento para reajustar os salários de civis e militares. O aumento do soldo resultava, na prática, num índice de 95,7 por cento de aumento sobre o salário das tropas.

“O Governo recuou atemorizado pela possibilidade de os

civis entrarem na Justiça para ganhar a diferença”, explicou o deputado César Maia (PDT-RJ), logo que o líder do Governo na Câmara comunicou-lhe a decisão. Curioso é que o maior defensor da medida provisória na reunião de lideranças feita oito horas antes de o Governo mudar de idéia foi justamente o pedetista. “Este temor é equivocado”, insistia César Maia, para quem o Governo havia agido acertadamente: “Acho que um salário de Cr\$ 750 mil para um quatro estrelas é até singelo se comparado com os dos promotores, dos desembargadores e até chefes de gabinete da Câmara”.

A idéia das lideranças governistas era a de incluir a modificação com o soldo reduzido no projeto de conversão do relator da medida provisória, senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE).